

# São Sebastião destrói casas em área preservada

Thales Stadler/Vale Paraibano

*Os quatro imóveis foram construídos irregularmente no Parque da Serra do Mar*

ZULEIDE DE BARROS

**S**ÃO SEBASTIÃO – Quatro casas de veraneio em fase de construção, uma delas com 350 metros quadrados de área, foram demolidas pela prefeitura de São Sebastião, antontem, em operação conjunta com o Instituto Florestal e a Polícia Florestal. Os imóveis estavam sendo erigidos irregularmente, em área considerada de preservação permanente, situada no Parque Estadual da Serra do Mar.

As habitações clandestinas foram localizadas pela Polícia Florestal durante uma inspeção de rotina. A partir dessa descoberta, a corporação iniciou, com a prefeitura, uma grande operação para pôr um ponto final nas invasões dentro do parque. Até um helicóptero foi utilizado durante esse trabalho. As casas demolidas estavam vazias, o que possibilitou a ação sem a necessidade de obter mandado judicial.

De acordo com o prefeito Paulo Julião (PSDB), a operação faz parte de uma nova política adotada por seu governo, de não mais permitir as ocupações irregulares. “Hoje, já detectamos 99,9% dos imóveis nessa situação e não vamos mais tolerar esse tipo de invasão.” Cerca de 60 processos movidos pela prefeitura estão em andamento no Ministério Público e outras ações foram impetradas pela sociedade civil e por diversas organizações não-governamentais.

Julião convocou o Judiciário, o Legislativo, órgãos do



Grupo liderado pela prefeitura demoliu com trator as casas que estavam em área de mata atlântica



governo do Estado e as Polícias Florestal e Militar na tentativa de adotar medidas conjuntas para combater os

invasores, sejam eles sem-teto ou turistas. Para facilitar a fiscalização, um helicóptero foi deixado à disposição, para auxiliar no monitoramento ambiental e de obras na mata. O prefeito acredita que esses locais “estão sob ameaça de invasão e desmatamento”.

**Tarde demais** – O empresário paulista Rubens Aurélio Martins, de 39 anos, proprietário de uma das construções demolidas, afirmou desconhecer

que o terreno de 2.500 metros quadrados, onde levantou o imóvel, estava situado em área de preservação permanente. Ele disse que comprou seu lote em 1991.

Martins chegou ao local tarde demais, quando a casa já estava no chão. Ele foi até a obra depois de ter sido chamado pelos pedreiros que trabalhavam na construção de sua casa.

Em São Sebastião, existem aproximadamente 1.200 casas em situação irregular. Algumas estão situadas em áreas de preservação permanente e outras foram erguidas em locais que apresentam sérios riscos de desabamento.

## Desrespeito às leis ambientais para construções é regra

*Ocupação do litoral paulista, como no resto do Brasil, sempre se fez sobre áreas protegidas*

LIANA JOHN

**C**AMPINAS – Invadir um parque ou uma Área de Preservação Permanente (APP), para construir de mansões de veraneio a favelas, não é nenhuma novidade no litoral paulista. A história da ocupação humana em toda esta costa, como no restante do País, sempre se fez sobre áreas de mangue, de floresta de restinga e de relevos acidentados, sem qualquer ponderação quanto à importância destes ambientes para a preservação da fauna ou da água, utilizada pelos próprios ocupantes, às vezes como meio de vida.

O que chama a atenção, na derrubada das casas de São Sebastião é a ação do poder público contra os abusos. A regra, até agora, sempre foi a acomodação das situações irregulares, com o mínimo de conflito possível, sempre em prejuízo do meio ambiente.

O Parque Estadual da Serra do Mar é de vital importância para a preservação da biodiversidade da mata atlântica e para a manutenção da qualidade e disponibilidade de água de abastecimento. É um dos maiores remanescentes florestais – de São Paulo e de todos os 17 Estados onde ocorre a mata atlântica – e só escapou à devastação porque as encostas eram íngremes demais pa-

ra serem ocupadas de forma massiva.

Hoje, novas tecnologias de construção, por um lado, e o know-how popular, desenvolvido em favelas de outras partes do País, por outro, permitem ampliar as invasões e o desrespeito à legislação ambiental. Os donos de mansões e casas de veraneio ignoram os riscos de desabamento e o prejuízo ao bem comum, confiando na destreza dos engenheiros construtores e colocando acima dos interesses comuns o seu prazer de passar férias cercados de verde. Os favelados também ignoram os riscos de desabamento e os impactos ambientais da construção dos barracos, confiando suas vidas a Deus, em nome da falta de opção para moradia.

**I**NVASORES  
IGNORAM  
RISCOS NO  
LOCAL

Só a atuação incisiva e integrada dos órgãos municipais e ambientais pode recolocar ambas questões nos devidos eixos. Neste caso, estão trabalhando conjuntamente,

pela primeira vez, a prefeitura de São Sebastião, a Polícia Florestal, o Instituto Florestal (responsável pelos parques paulistas) e a Defesa Civil, com apoio do Ministério Público. Mas além da derrubada das construções – de qualquer que seja seu tamanho – é preciso difundir um senso comum de preservação, demonstrando que o que está em jogo, na invasão de um parque como este, não são apenas leis ou o futuro de animais, mas a própria segurança dos habitantes locais e das populações das proximidades.